

31 de maio.  
Dia do Comissário  
de Bordo.

**TRANS BRASIL**

...ocê até o completo estacionamento da aeronave.

## Desafio na tributação: o Brasil real

Compatibilizar as propostas da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças para a nova Constituição com a atual máquina arrecadadora de impostos do País. Esta será a tarefa a que se entregará o presidente e o relator da comissão, deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Serra (PMDB-SP), a partir de amanhã, quando tiverem início, definitivamente, os trabalhos da segunda fase da Assembleia Nacional Constituinte.

Rotulados como um casal perfeito em decorrência da atuação que desenvolveram na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Riquezas, Dornelles e Serra, exatamente por entenderem que é indispensável adequar o futuro à realidade, estão abrindo mão de suas convicções ideológicas em favor do pragmatismo financeiro.

Foi agindo desse modo que os dois recentes aliados conseguiram gerar, através do relator da Subcomissão de Tributos, o deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), um anteprojeto rotulado como de consenso, calçado acima de tudo em estudo do professor Fernando Rezende, responsável pela equipe da Seplan que elaborou uma proposta de reforma tributária.

Quando, em turno duplo, às 10h e às 15h desta segunda-feira, Serra estiver instalado na cadeira de relator da comissão, estará desfrutando, na verdade, de uma privilegiada situação, resultante da vitória de última hora, pessoal, que obteve junto à subcomissão ao consagrar sua proposta destinada a possibilitar aos estados a cobrança adicional de cinco por cento sobre o Imposto de Renda devido à União.

Com isso, Serra privilegiou os estados da região Sul, justamente os que geram mais impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), e ao mesmo tempo conseguiu compensar a redistribuição da Receita. Afinal, de acordo com o anteprojeto aprovado, a redistribuição será diretamente proporcional à população e inversamente à renda regional.

O resultado prático dessa estratégia, elaborada se-

gundo Serra para redistribuir a renda de maneira mais conveniente, foi a imediata ascensão de seu prestígio no âmbito da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Enquanto o projeto gerado pela dupla Dornelles-Serra é considerado uma peça que dificilmente será alterada, já o capítulo relativo a orçamento e fiscalização será inteiramente refeito na comissão temática. O projeto originário da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira é adjetivado, sem rodeios, como uma peça de ficção.

Contra o relatório final pesam, entre outras, as acusações de que a subcomissão registrou uma participação insignificante por parte de seus membros, a ponto de o projeto encaminhado a Dornelles ter sido aprovado pelo absurdo escore de 11 a 0, sem que qualquer emenda tenha ao menos sido discutida.

Independente da disposição de Dornelles e Serra de atuarem em rolo compressor, os trabalhos da comissão serão alvo de uma marcação por pressão encabeçada pelo presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que está decidido a deflagrar o lobby favorável à instituição, que conta com um bem afiado exército parlamentar de 180 deputados.

Apoiados, também, pela Associação Nacional dos Servidores do Banco do Brasil (Anab), integrada por 120 mil pessoas e presidida por José Flávio Berçotti, os constituintes fiéis ao banco pretendem inviabilizar qualquer manobra destinada a esvaziar ainda mais o BB, que de acordo com eles foi duramente prejudicado pelo próprio Governo no último ano.

Além do irreversível enfrentamento com o segmento progressista ligado a Gasparian e com os defensores do Banco do Brasil, os responsáveis pela Comissão disputarão, inadiavelmente, um pesado round com os constituintes comprometidos com a Frente Municipalista, entidade dominada por um desafeto de Serra: o governador de São Paulo, Orestes Quércia.

Abaixo do plenário, a Comissão de Sistematização é o órgão mais poderoso da Constituinte.

Pelo menos era o que se afirmava até a semana passada, quando os parlamentares tiveram a atenção atraída por dois discretos parágrafos do Artigo 74 do Regimento Interno da Assembleia, que atribuem à Comissão de Organização dos Poderes a competência para dar parecer sobre toda questão de ordem recusada pela presidência e objeto de recurso ao plenário. E mais: se o parecer for contrário, a matéria estará

automaticamente arquivada.

### RECURSOS

Já em sua primeira reunião, a Comissão de Organização dos Poderes discutiu dois recursos importantes, um deles questionando a permanência dos relatores cujos anteprojotos foram derrotados em suas respectivas subcomissões. A decisão foi adiada para quarta-feira e pode implicar na destituição de quatro relatores (Cristina Tavares, Osvaldo Lima Filho, Fernando Gasparian e Virgildásio de Senna), que poderão ficar fora do grupo

da Comissão de Sistematização.

O segundo recurso, do deputado José Gonoino Neto (PT/SP), também altera a composição da poderosa comissão. O parlamentar petista pretende aumentar de duas para três as vagas destinadas ao seu partido na Sistematização — e é bem provável que consiga.

Em decorrência da disposição do Regimento Interno, a comissão temática de Organização dos Poderes será a única entre as oito que sobreviverá após o próximo dia 15, quando todas as demais encami-

nam seus projetos à instância seguinte — a Comissão de Sistematização — e se dissolvem. Ela continuará funcionando até o ato final da Constituinte, já que a própria votação da redação final poderá ser objeto de questão de ordem.

Não era à toa que o relator Egidio Ferreira Lima (PE), um dos expoentes da esquerda peemedebista, afirmava na última quinta-feira a constituintes surpresos com os superpoderes atribuídos à comissão: "Este é o órgão mais importante da Constituinte".

# Sistematização perde parte do seu poder

## Voto aos 16 anos cria polêmica

— A inclusão de jovens com idade mínima de 16 anos na fatia da população que exerce atualmente o direito do voto poderá elevar o contingente do eleitorado brasileiro de 70 milhões para aproximadamente 100 milhões, o que corresponde a um aumento de 40 por cento.

Isso, se for aprovada na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher a proposta do deputado Lysáneas Maciel (PDT), relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, que tem como presidente o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB).

Sua proposta fixa a idade mínima para o voto em 16 anos, mas restringe a possibilidade de menores de 18 anos ascenderem a cargos

eletivos, considerando que a maioria só se atinge aos 18 anos, e só aos 21 pode ser exercida plenamente em todos os atos da vida civil. Apesar de a proposta colocar o voto para essa faixa etária como facultativo, ela foi considerada injusta por alguns segmentos da justiça eleitoral, já que com 16 anos o jovem poderá ter a sua cidadania reconhecida pelo voto, mas restringida pelo fato de não poder se candidatar a cargos eletivos.

Outra corrente de pensamento existente dentro da justiça eleitoral, entretanto, desfavorável à idade mínima de 16 anos fixada para o exercício do pleito, considera que nessa idade o jovem ainda não está suficientemente preparado para exercer a cidadania.

